



N.º 25

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA REALIZADA NO DIA ONZE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E CINCO / DO MANDATO 2021/2025.

1 Aos onze dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, no
2 Palácio D. Manuel, reuniu a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do**
3 **Dia:**

4 5 **I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

6 7 **II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

8
9 **Nos termos da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta os**
10 **seguintes pontos:**

- 11
12 1. Apresentação da proposta de Revisão do Plano de Urbanização de Évora (PUE).
13 (Para conhecimento)
- 14
15 2. Regulamento da Taxa Municipal Turística.

16 17 **III. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

18
19 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início à Sessão cumprimentando o senhor
20 Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os Deputados Municipais, o público
21 presente e os funcionários que asseguravam o funcionamento da Sessão e destacou um
22 cumprimento especial para o professor Jorge Carvalho e toda a sua equipa, assim como
23 toda a equipa da Câmara Municipal.

24
25 Estiveram presentes os membros da mesa:

26 **Presidente da Assembleia Municipal - Jorge Quina Ribeiro de Araújo**

27 **1º Secretário - Ananias Delfim Courelas Quintano**

28 **2ª Secretária - Maria da Nazaré Pereira Lança**

29
30 Procedeu à chamada dos deputados municipais eleitos, verificando as seguintes presenças
31 e ausências:

- 32 - Ana Luísa Abreu Alferes Lourido (em substituição de Maria Elmina Gouveia Barreira
33 Lopes)
- 34 - Ulisses Sarmiento Pinto Grave Couvinha (em substituição de Maria Clara Canotilho
35 Grácio)
- 36 - Carlos Alexandre Godinho Pirraça (em substituição de Lília Graciete Zambujo Fidalgo)
- 37 - José Maria Rodrigues Figueira
- 38 - Gertrudes da Conceição Gomes Pastor
- 39 - António João Tonaco Gavela

- 1 - Vasco Rafael Riço Casbarra (em substituição de Joaquim António Filipe Pimpão)
- 2 - Bruno Manuel dos Santos Martins
- 3 - José Vitorino Piteira
- 4 - David Miguel Mirrado Lopes
- 5 - Maria Paula Alves Bagio Cadete Pita
- 6 - Paulo José Veiga Ribeiro (em substituição de Maria Cristina Correia Santos Mata)
- 7 - João Manuel Fialho de Sousa
- 8 - Maria Lisete dos Santos Mendes Candeias (em substituição de Natanael José Carvalho da Vinha)
- 9
- 10 - Lúcio Gabriel Ludovico Guerreiro
- 11 - Florinda da Conceição Mendes Carvalho Russo
- 12 - Bernarda Julieta da Noite Cota
- 13 - Luís Miguel Caeiro Nico Ramalho
- 14 - Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso
- 15 - David Emanuel Vieira da Silva Prazeres (em substituição de Luís Carlos Fialho Pardal)
- 16 - Redolfo Constantino Pereira
- 17 - Paula Cristina Nobre de Deus
- 18 - Luís Manuel da Silva Pereira (em substituição de João Gonçalo Rebelo Fernandes
- 19 Costa)
- 20 - António Carlos Lança Carriço (em substituição de Ana Raquel Simões de Abreu
- 21 Taboleiros)
- 22 - Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
- 23 - Luís Maria Nunes dos Santos
- 24 - Diogo Costa Freitas Pestana de Vasconcelos
- 25 - Ricardo José Balixa Sacristão Cardoso
- 26

27 **Ausente:**

- 28 - Isidro José de Oliveira Lobo
- 29 - Francisco Manuel Branco de Brito
- 30

31 A Câmara Municipal fez-se representar por:

- 32 - Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá
- 33 - Bárbara Cristina Lopes Morais da Cruz Tita
- 34 - Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim
- 35 - Lurdes Judite Dionisio Bravo Nico
- 36 - Florbela da Luz Descalço Fernandes
- 37 - Patrícia José Correia Raposinho
- 38

39 **Ausente:**

- 40 - Alexandre Manuel Rosa Varela
- 41

42 **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

43

44 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao período de intervenção do público
45 e questionou se alguém pretendia intervir, tendo-se verificado dois pedidos.

46

47 O Município Jorge Raposo, em nome da Cooperativa de Habitação Giraldo Sem Pavor,
48 chamou a atenção para o facto de que, por vezes, se tende a associar este tipo de projetos
49 a grandes negócios imobiliários obscuros. No entanto, esclareceu que se tratava de uma
50 Cooperativa de Habitação, que sempre construiu e vendeu habitações a custos

1 controlados. Informou que, no Bairro de Almeirim, estavam a ser vendidas habitações
2 T2, com um lugar de estacionamento à frente, dentro do lote, e com quintal nas traseiras,
3 pelo valor de 120 mil euros, encontrando-se nessa fase a celebrar as escrituras.
4 Acrescentou que as habitações T3 estavam a ser vendidas por 140 mil euros. Sublinhou
5 que a cooperativa nunca teve uma atuação especulativa, nem beneficiou da valorização
6 de terrenos para esse fim.

7 Manifestou descontentamento e desagrado relativamente à comissão responsável pela
8 revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) e à apresentação do Plano de Urbanização e
9 Expansão (PUE), por dois motivos principais. O primeiro, enquanto representante de uma
10 cooperativa com cerca de 1000 casas construídas, a que se somavam outras 1000 da
11 Cooperativa Boa Vontade, responsáveis por resolver os problemas de habitação em Évora
12 nas décadas de 1980 e 1990, salientou que não foram chamados para participar em
13 momento algum no processo de revisão do PDM. Por esse motivo, classificou o trabalho
14 da comissão como autocrático e ensimesmado.

15 Referiu que foi ouvido apenas em duas ocasiões: a primeira, numa sessão em que o
16 presidente da comissão afirmou que não existia falta de habitação em Évora e que a
17 população estava a diminuir; a segunda, num encontro que considerou um simulacro, em
18 que não se discutiu efetivamente nenhum conteúdo relevante, limitando-se os grupos a
19 partilhar sentimentos e desejos em relação à cidade. Reiterou que, enquanto representante
20 da Cooperativa Giraldo Sem Pavor, com 40 anos de atividade na edificação em Évora,
21 com intervenções em vários bairros da cidade, nunca foi ouvido, o que justificava a
22 qualificação da comissão como autocrática e alheada dos principais atores do
23 empreendedorismo e da construção de habitação no concelho.

24 Criticou ainda um erro de leitura jurídica por parte da comissão, ao considerar que o Plano
25 de Pormenor da Torregela (Bairro do Moinho 2) se enquadrava na Lei n.º 80/2015, que
26 prevê a caducidade dos planos de pormenor ao fim de 10 anos. Esclareceu que tal
27 entendimento era incorreto, por se tratar de um plano de 2013, não abrangido pela
28 retroatividade da referida lei. Acrescentou que houve desrespeito por parte da comissão
29 em relação ao Presidente da Câmara, que, segundo afirmou, havia declarado
30 publicamente a intenção de preservar o Moinho 2, mantendo em vigor o respetivo plano
31 de pormenor.

32 Criticou o facto de o novo PDM não ter sido aprovado, atribuindo essa falha à
33 incapacidade da comissão de dialogar com os destinatários finais do plano. Considerou
34 que a proposta do PUE apresentada configurava um ataque direto ao Moinho 2,
35 inviabilizando o empreendimento ao incluir grande parte da área como zona de reserva
36 ecológica e ao propor a construção de uma estrada que atravessava o terreno. Enfatizou
37 que este processo teve um carácter persecutório desde o início, por não ter havido qualquer
38 contacto com os envolvidos.

39 Rejeitou a ideia de que o projeto do Moinho 2 estivesse relacionado com grandes
40 interesses imobiliários, explicando que seguia exatamente o mesmo modelo do Moinho
41 1, um programa inicialmente apoiado pela Câmara Municipal, nomeadamente pelo Dr.
42 Abílio Fernandes e pelo arquiteto Bouça. Afirmou que a intenção era replicar esse
43 processo com o Moinho 2.

44 Concluiu dizendo que esta tentativa de inviabilizar o Moinho 2 impedia a construção de
45 450 fogos a custos controlados, respeitando os valores definidos pelo IHRU, embora as
46 cooperativas não estivessem obrigadas a essa fórmula. Ainda assim, fez questão de
47 sublinhar o esforço efetuado para se enquadrar nos preços acessíveis, dando como
48 exemplo o facto de os valores de venda praticados se situarem atualmente nos 1.750 euros
49 por metro quadrado. Salientou que estas habitações eram fundamentais para a classe

1 média e média baixa, e que a comissão tinha feito tudo para impedir que o projeto
2 avançasse.

3 **O Presidente da Câmara** referiu que a questão do Moinho 2, como era sabido, tinha sido
4 repetidamente colocada em diversos fóruns, em contextos diferenciados. Nesse sentido,
5 afirmou que apenas podia reiterar o que já tinha referido várias vezes: o plano de
6 pormenor da Torregela encontrava-se em vigor e seria cumprido, tanto no âmbito do
7 Plano Diretor Municipal como no Plano de Urbanização. Acrescentou que todos os mapas
8 que não estivessem em conformidade com essa situação seriam retificados, conforme já
9 tinha comunicado anteriormente.

10 Informou, ainda, que a proposta de alteração final do PDM estava em fase de conclusão
11 e expressou a expectativa de que pudesse ser incluída numa próxima reunião de Câmara,
12 para discussão. Esclareceu também que, nessa proposta final, conforme sempre tinha
13 afirmado, assumido e declarado em despacho já proferido sobre esta matéria, o mapa em
14 causa seria devidamente alterado. Concluiu, assim, que a questão estava respondida.
15

16 Relativamente às questões da revisão do Plano de Urbanização, mencionou, apesar de
17 haver um ponto específico sobre o tema, apenas duas ou três notas. Em primeiro lugar,
18 informou que a autarquia contratou uma equipa da Universidade de Aveiro para
19 desenvolver um processo participativo que decorreu em vários momentos, tratando-se de
20 um processo participativo informal, dado que o processo formal ainda não estava
21 definido, uma vez que não existia qualquer aprovação da revisão do Plano de
22 Urbanização.

23 Acrescentou que, naquela fase, o processo encontrava-se apenas no momento que
24 antecedia a deliberação da Câmara sobre a revisão do plano. Esclareceu que essa
25 deliberação não seria para aprovar definitivamente a revisão do plano, mas, em caso de
26 decisão favorável, para enviar a proposta à comissão de acompanhamento da CCDRA,
27 composta por diversas entidades que se pronunciarão sobre a revisão. Posteriormente, o
28 parecer vinculativo da comissão de acompanhamento regressaria à Câmara para nova
29 análise e decisão.

30 Explicou ainda que só após essa fase se iniciaria a discussão pública formal. Concluída
31 essa discussão, seria realizada a análise das propostas apresentadas pelos cidadãos que
32 desejassem participar. Finalmente, a proposta seguiria para deliberação da Câmara e, se
33 aprovada, para deliberação final da Assembleia Municipal.

34 Enfatizou que se tratava de um processo ainda numa fase não inicial, pois já tinha sido
35 realizado um trabalho significativo, que seria aliás apresentado na sessão em questão, mas
36 que, do ponto de vista formal, era ainda um processo longo, que não se concluiria no
37 mandato em curso e transitaria para o mandato seguinte. Considerou, por fim, legítimas
38 as preocupações manifestadas naquele momento.
39

40 Em relação à alteração do PDM, as questões ficaram resolvidas também no que dizia
41 respeito ao Plano de Urbanização. Como era compreensível, a equipa apresentou um
42 conjunto vasto de propostas, que foi discutido e aferido ao longo do tempo. Naturalmente,
43 houve situações que ainda iriam ser retificadas e revistas, dependendo exatamente destes
44 projetos e do processo em curso de apresentação à Câmara Municipal e a outros
45 organismos, bem como em termos públicos. Esse processo serviria para aferir as questões
46 levantadas pela cooperativa, assim como outras questões colocadas por diferentes
47 entidades. Essa situação seria naturalmente considerada também pela Câmara Municipal,
48 no caso de o plano vir a ser submetido à sua apreciação. Assim, considerando o contexto,
49 não pareceu haver qualquer dramatismo relativamente a esta matéria, uma vez que se
50 encontrava, à partida, resolvida.

1
2 O Município Ernesto Mira, agente imobiliário de uma empresa de Évora, leu o seguinte
3 documento.
4 *“Exmo. sr. presidente da câmara municipal de Évora, Srs. vereadores, membros da*
5 *assembleia municipal e todos os aqui presentes.*
6 *Chamo me Ernesto Mira, nunca tive, não tenho, nem planeio ter nenhuma afiliação*
7 *política com qualquer partido.*
8 *Sou apenas um cidadão, um agente económico desta cidade, mas acima de tudo tenho*
9 *orgulho de ser alentejano, e um eborense que pretende que a cidade e a região se*
10 *desenvolvam e sejam faladas pelas melhores razões possíveis.*
11 *A mensagem que quero aqui passar com certeza se vai identificar com muitos dos aqui*
12 *presentes, e com muitos dos munícipes que tem medo de represálias, por terem de ir à*
13 *camara tratar de futuros processos administrativos e onde nenhum dos meus parceiros*
14 *quis ter parte, mas como quem não se sente não é filho de boa gente, cá vai.*
15 *Esta camara tem tido nos últimos 3 anos e meio da sua governação uma atitude*
16 *verdadeiramente dececionante, no que concerne ao desenvolvimento da cidade, é triste*
17 *que neste tempo todo, não houve qualquer desenvolvimento de qualquer empreendimento*
18 *habitacional de maior dimensão, não houve por parte da CME qualquer apoio, verifica-*
19 *se exatamente o oposto.*
20 *Esta camara presidida pelo sr. Presidente da camara do partido comunista português,*
21 *não quer o desenvolvimento da cidade. Não querem dar condições às empresas para se*
22 *instalarem em Évora.*
23 *As empresas querem criar trabalho, querem vir para Évora, mas encontram-se muitas*
24 *vezes num beco, porque a criação de emprego, traz para a cidade mão de obra muitas*
25 *vezes qualificada, que vem doutras partes do território nacional e por vezes*
26 *internacional.*
27 *Ora se as empresas que se querem cá instalar e se deparam com a realidade que não*
28 *existe habitação para os seus trabalhadores, não vem logo não investem.*
29 *Não existe Habitação, não porque os particulares não queiram investi, mas porque os*
30 *obstáculos para desenvolverem os projetos urbanísticos são tão grandes e as vezes com*
31 *razões tão irrelevantes e mesquinhas que acabam por desistir. E frustrante dizia um*
32 *cliente meu, não posso estar 3 anos a espera de que me aprovem um projeto, os custos e*
33 *encargos suportados por estes investidores por vezes é tão grande que a motivação morre*
34 *e com ele o projeto. Sem contar com as chatices e desanimo que ninguém paga.*
35 *No caso dos novos projetos, estão previstos à muitos anos para a cidade, que eu tenha*
36 *conhecimento perto a 1400 fogos, calculo que até sejam mais, se cada moradia tiver 2*
37 *votantes e apenas 200 fogos tiverem filhos maiores, estaremos a falar de 3000 votos, e se*
38 *olharmos para as tendências de votos que saem frequentemente nas sondagens, e*
39 *sabendo que a camara foi conquistada pelo PCP por menos de 200 votos, penso que a*
40 *estratégia da camara funcionou, não foi criada habitação suficiente para tentar alterar*
41 *a tendência de voto, ou assim pensam, pois as eleições são no ultimo trimestre.*
42 *Resta saber se as pessoas têm 2 dedos de testa e se vão lembrar do percurso até lá.*
43 *O que foi despachado com uma celeridade extraordinária foi os apartamentos da ROYAL*
44 *PRIME, porquê? porque houve criação de habitação condigna para os universitários, os*
45 *que podem pagar, mas também porque vivem cá, mas não votam cá.*
46 *O que é engraçado é que a camara apregoa a crise na habitação, mas nada faz para a*
47 *ajudar a desaparecer, toda a gente sabe como funciona a lei da oferta e da procura, se*
48 *houver um produto e 50 pessoas para o comprar funciona a lei do mais forte, mas se*
49 *houver mais oferta os preços baixam e torna-se mais fácil adquirir uma habitação*
50 *exatamente pelo mesmo motivo mais oferta menos procura.*

1 *Defendem ainda que a habitação deve ser fornecida, pelo estado aos mais coitadinhos e*
2 *às minorias, ponto que até pode ter alguma razão, mas não podem esquecer quem*
3 *realmente contribui para que o país evolua e cresça a classe trabalhadora.*
4 *O estado deve ser uma pessoa de bem e neste estado as camaras estão incluídas.*
5 *O papel do estado e das camaras é dar condições para que os particulares, estes sim,*
6 *desenvolvam a sua atividade, criem empregos, criem riqueza obtenham lucros e depois,*
7 *só depois é que o estado irá recolher os dividendos das suas políticas, através da*
8 *cobrança dos impostos, taxas e taxinhas, IRC, IMT e IMI.*
9 *Ora é precisamente este IMI, que vai diretamente para os cofres para a camara que, tão*
10 *depauperada está, com a criação destes 1400 fogos pelo menos, que dando um exemplo*
11 *a uma média de 500.00 euros de IMI por ano por fogo, receberia 700.000.00 de receitas*
12 *anuais, para tapar o seu enorme buraco financeiro que neste momento tem.*
13 *Tem de haver acima de tudo critério, honra, e palavra, de dizer nas reuniões o que se vai*
14 *fazer, mas depois tem de depois mandar fazer, é transmitir aos serviços os compromissos*
15 *assumidos, pois deu a sua palavra, e não depois, quando os documentos são apresentados*
16 *e votados virem com as intenções completamente opostas, de não fazer aquilo que foi*
17 *dito e prometido, mas o que conta é o que está escrito, já diziam em tempos palavras*
18 *leva-as o vento.*
19 *Na camara de Évora tem de haver um choque as pessoas têm de poder falar, dar*
20 *indicações dar ideias, ser proactivas, tem de MUDAR.*
21 *Toda a gente já viu que a gestão da camara não funciona, está demonstrado. O*
22 *departamento de urbanismo está refém de um afunilamento de procedimentos, de quem*
23 *lá vai ter de pôr o taxímetro da paciência a zero, e onde ao contrário do que o sr.*
24 *presidente disse na sua campanha da RTP e está gravado, os processos demoravam 40*
25 *dias a ser aprovados, deveremos dizer, que se calhar são pelo menos 400 dias. Graças a*
26 *deus que foi criado o SIMPLEX.*
27 *Não é nenhum desprestígio copiar, o que está bem feito, é necessário ter a humildade*
28 *para ir ter com um modelo de qualquer outra camara municipal do país, que funcione, e*
29 *perguntar, como fizeram? quais foram os passos? podem-nos ajudar a implementar esse*
30 *sistema, e de certeza que as portas se vão abrir, basta replicar. Mas, mas tenho a ideia*
31 *que bastava delegar, trabalhar em conjunto e ajustar as competências dos que lá*
32 *trabalham, dando responsabilidade e exigência, afinar os mecanismos, penso que quem*
33 *trabalha se sentiria mais útil, empenhada e com o sentido de valorização e crescimento*
34 *pessoal, criando um melhor ambiente de trabalho.*
35 *O partido comunista, é como à mulher de César, não basta ser honesta é preciso parecer*
36 *honesto, não pode ter um discurso de querer sair da união económica europeia, e depois*
37 *estar à espera dos subsídios que vem da comunidade europeia, não queremos pertencer*
38 *a comunidade europeia, mas queremos ser a capital europeia da cultura, mas venham*
39 *de lá esses subsídios, com a candidatura ganha, mas com o mérito reconhecido do*
40 *trabalho feito.*
41 *Por último a apresentação do PUE, desvirtua em quase tudo no que concerne com a*
42 *habitação, aquilo que foi falado e apresentado em diversas reuniões de Camara, e sendo*
43 *um grupo de trabalho externo, dá a sensação que tinha vida própria, autonomia própria,*
44 *ninguém os informava da evolução das conversações, e dos compromissos? mas a*
45 *camara municipal de Évora, não tem voto na matéria, ou o discurso para fora era o que*
46 *as pessoas queriam ouvir e o que contam é o que esta mais uma vez escrito.*
47 *Se é para ser a alternativa, esta realidade virtual do que está escrito é o declaradamente*
48 *a mensagem do comité central do PCP não ao desenvolvimento!!!, porque pagaram? E*
49 *quanto pagaram a este grupo? Fica a pergunta.”*

1 *Espero que os grupos parlamentares da oposição tenham consciência de que este PUE é*
2 *simplesmente um crime contra o desenvolvimento da cidade.*

3 *Como último um reto, gostaria que explicassem já na próxima reunião de camara ou*
4 *assembleia municipal aos cidadãos desta cidade com exemplos práticos o que irá*
5 *significar A PEREQUAÇÃO proposta neste PUE, e como será prejudicial para o*
6 *desenvolvimento da cidade, concelho e distrito.*

7 *Expliquem quais os reais custos para quem quer desenvolver um projeto, urbanizar, o*
8 *pagamento de taxas, projetos, qual o valor investido pelo particular e qual o seu*
9 *rendimento, e desse investimento qual o valor que vai dar a camara de borla como*
10 *perequação, ficando com o total dos custos a dividir pela parte dos lotes que ficam para*
11 *ele. E depois digam que quer vir para cá investir. Ou seja, investe em 10 gasta por 10*
12 *fica com 5 e meio, mas com o custo dos 10, quanto custará cada lote, se eu estiver*
13 *enganado peço desculpa, assumo o erro, mas demonstrem me que estou errado.*

14 *Estarei cá na próxima reunião a espera para que me respondam e me expliquem como*
15 *se fosse um miúdo de 12 anos porque tecnicamente não sou competente par interpretar*
16 *o documento.*

17
18 **O Presidente da Câmara** registou que o senhor Ernesto Mira afirmou ser apatidário,
19 embora tal não correspondesse à realidade, uma vez que não se encontrava afastado da
20 atividade política. Sublinhou que, por essa razão, a sua intervenção configurou claramente
21 um testamento político sobre um conjunto de questões apresentado de forma generalista
22 e sem concretizações. Acrescentou ainda que, apesar de reconhecer que existiam projetos
23 com atrasos por diversas razões, essa não era a situação da maioria dos projetos em curso
24 no município.

25
26 Relativamente às questões da habitação, referiu que parecia haver a perceção de que o
27 problema existia apenas em Évora, quando, na realidade, se tratava de uma questão que
28 afetava também o país e até a Europa. Reconheceu que o discurso sobre esta matéria era
29 fácil, mas salientou que a realidade não era assim tão simples.

30
31 Em relação aos despachos emitidos, ao longo dos anos, pela Divisão de Gestão
32 Urbanística e aos processos que permaneciam por despachar, afirmou que haveria
33 naturalmente oportunidade para fazer esse balanço. No entanto, destacou que havia uma
34 limitação evidente: não era possível aprovar projetos que não estivessem em
35 conformidade com o Plano de Urbanização ou que tivessem de aguardar pela sua revisão.

36
37 Sobre a equipa técnica, afirmou que a competência da mesma estava plenamente
38 verificada. Acrescentou ainda que o processo se encontrava numa fase em que não tinham
39 sido tomadas deliberações pela Câmara, tendo apenas ocorrido uma auscultação, com
40 apresentação de propostas e discussões por fazer. Por esse motivo, considerou falso
41 afirmar que existiam decisões tomadas, quando tal não correspondia à verdade, não sendo
42 essa afirmação aceitável em circunstância alguma. Ainda assim, disse compreender o
43 discurso e o objetivo com que o senhor Ernesto Mira se tinha dirigido à Câmara.

44
45 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver mais pedidos de
46 intervenção do público, deu início ao Período da Ordem do Dia.

47 **I. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

1 **Nos termos da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta o**
2 **seguinte ponto:**

3 **1. Apresentação da proposta de Revisão do Plano de Urbanização de Évora**
4 **(PUE). - Para conhecimento.**

5 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

6
7 **O Presidente da Câmara** antes de dar a palavra à equipa, referiu que gostaria de fazer
8 uma breve intervenção, tal como já o tinha feito, de certa forma, na reunião da Câmara
9 onde foi apresentada a proposta de revisão do Plano de Urbanização, bem como noutras
10 reuniões. Em primeiro lugar, afirmou parecer evidente a importância e a necessidade de
11 se proceder à revisão de um Plano de Urbanização desajustado da realidade atual, com
12 vários anos, e que, por isso, carecia de atualização.

13
14 No âmbito da revisão desse plano, explicou que, no concurso realizado para a adjudicação
15 da equipa, foi colocado um conjunto de questões que, no entendimento do Executivo,
16 deveria ser tido em conta. Entre essas questões, destacavam-se aspetos relativos ao futuro
17 da cidade, não apenas numa perspetiva de curto prazo, mas também numa visão de longo
18 prazo. Foi solicitado à equipa que fosse além daquilo que constitui uma simples revisão
19 do Plano de Urbanização, olhando não apenas para o território estrito da cidade de Évora,
20 mas também para a sua envolvente e para outras matérias que, habitualmente, não fazem
21 parte deste tipo de instrumento, mas que, na opinião do Executivo, são fundamentais
22 perante os desafios futuros.

23
24 Mencionou, a título de exemplo, as questões da mobilidade, que considerou
25 fundamentais, e as relativas às alterações climáticas, que implicam uma reflexão sobre as
26 infraestruturas existentes na cidade e sobre a sua adequação futura. Referiu ainda a
27 importância das áreas de expansão urbana e das zonas relacionadas com a habitação e
28 outras atividades, nomeadamente a atividade económica, que, segundo afirmou, tem
29 registado um crescimento muito significativo, tanto ao nível do produto interno do
30 concelho como ao nível da criação de postos de trabalho. Considerou, por isso, essencial
31 que estas dinâmicas fossem contempladas.

32
33 Concluiu dizendo que esse foi o desafio lançado à equipa: ir muito além do que seria uma
34 simples revisão do Plano de Urbanização. Foi com base nessa orientação que a equipa
35 desenvolveu o trabalho, sendo também nessa base que gostaria que fosse entendida a
36 apresentação do plano. Reforçou que se tratava de uma apresentação do plano e não de
37 uma deliberação sobre o mesmo, sublinhando que existiria oportunidade de aprofundar a
38 discussão. Indicou ainda que já tinha sido realizado um período de discussão informal e
39 que as questões a apresentar seriam documentos de trabalho e propostas para debate, não
40 constituindo, por isso, propostas finais ou decisões definitivas.

41
42 O Professor Jorge Carvalho e a equipa apresentaram a proposta de Revisão do Plano de
43 Urbanização de Évora, cujo documento faz parte integrante da presente Ata.
44 “Proposta de Revisão do Plano de Urbanização de Évora (PUE)”

45
46 **Os/as deputados/as** de todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal,
47 sobre as matérias apresentadas na Proposta de Revisão do PUE, intervieram colocando
48 dúvidas e questões, as quais foram prontamente respondidas pelo Professor Jorge
49 Carvalho e pelo Arquiteto Eduardo Miranda.

1
2 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu ao professor Jorge Carvalho e à
3 equipa multidisciplinar, composta por técnicos municipais das áreas do urbanismo e
4 ordenamento do território, bem como por especialistas das Universidades de Évora e de
5 Aveiro, a excelente apresentação de um plano exaustivo e criativo com o qual
6 provavelmente a cidade de Évora poderá orientar-se para o futuro.

7
8 **O Presidente da Câmara** considerou que ficou patente a existência de um conjunto de
9 propostas, resultantes da revisão do Plano de Urbanização, que constituíam uma excelente
10 base de trabalho. Sublinhou que não se tratava de propostas finais, mas sim de propostas
11 iniciais para uma discussão necessária. Entendeu que houve coragem em enfrentar os
12 grandes problemas existentes, quer em Évora, quer em Portugal, em diversas matérias,
13 apresentando propostas para os mesmos.

14
15 Defendeu que essas propostas deveriam ser discutidas e que as soluções apresentadas
16 poderiam ser analisadas e ponderadas de diferentes formas. O objetivo era promover uma
17 discussão séria e fundamentada, de modo a que, durante o processo de elaboração da
18 revisão do Plano de Urbanização, se encontrasse a forma mais adequada de dar resposta
19 às questões de Évora, procurando consensos que permitissem que algumas dessas
20 propostas pudessem avançar.

21
22 Afirmou que seria completamente errado pensar que um plano com a ambição e as
23 características daquele pudesse avançar apenas com a vontade de uma força política.
24 Recordou, aliás, que sempre defendeu que os planos estratégicos e estruturais deviam
25 merecer um mínimo de consenso, sob pena de não avançarem. Deu como exemplo
26 situações anteriores em que, com esse espírito, se tinham concretizado planos que deram
27 bons resultados.

28
29 Referiu que, naquela fase da discussão da revisão do Plano de Urbanização, se dispunha
30 de um excelente documento para esse fim. Por isso, sugeriu que, dada a dimensão e a
31 qualidade do plano, não se realizasse ali uma discussão aprofundada, propondo antes que
32 os documentos fossem lidos e que essa discussão ocorresse nos tempos seguintes.

33
34 Terminou agradecendo, em primeiro lugar, à equipa do município que assegurou e vinha
35 assegurando todo o processo de revisão do Plano de Urbanização, destacando o papel do
36 chefe da Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana, pelo seu empenho em responder
37 a uma situação complexa, garantindo a articulação entre a equipa interna, as equipas
38 externas e a alteração do PDM em curso. Agradeceu, na pessoa do chefe de divisão, a
39 toda a equipa, incluindo elementos que não estavam presentes, mas que contribuíram
40 igualmente para o trabalho desenvolvido.

41
42 Apresentou o Arquiteto Eduardo Miranda, que havia intervindo anteriormente e que
43 integrava os quadros do município. Agradeceu ainda à equipa externa, coordenada pelo
44 Professor Jorge Carvalho, cuja qualidade considerou inquestionável, reconhecendo o
45 trabalho notável desenvolvido, que permitia agora discutir as várias questões. Informou
46 que esta equipa integrava elementos da Universidade de Évora, aos quais também
47 agradeceu o contributo de grande valia. Por fim, agradeceu à equipa da Universidade de
48 Aveiro, responsável pelo plano de participação nesta fase, referindo que, em fases futuras,
49 se veria se a sua colaboração se manteria.

1 Enfatizou a importância de, mais do que discutir ideias feitas, se proceder à leitura,
2 análise, ponderação e crítica dos documentos, com vista à sua melhoria, o que poderia
3 passar por abandonar algumas ideias ou propor novas. Considerou a discussão
4 absolutamente imprescindível para o futuro de Évora, salientando que esta deveria ser
5 realizada com serenidade, capacidade de escuta mútua e com o objetivo de alcançar
6 consensos fundamentais para o avanço do plano.

7
8 **O deputado José Figueira** começou por agradecer a apresentação efetuada,
9 reconhecendo que esta permitiu um conhecimento mais aprofundado sobre a revisão do
10 Plano de Urbanização de Évora. Antes de abordar algumas das questões colocadas,
11 afirmou que o seu grupo parlamentar não comentaria o manifesto político lido no início
12 da reunião, sublinhando que compreenderam a narrativa e a sua origem.

13 Agradeceu ainda a exposição técnica realizada pela equipa responsável pela revisão do
14 plano, saudando todos os elementos através do Professor Jorge Carvalho, sem especificar
15 os nomes dos restantes intervenientes, mas reconhecendo o trabalho coletivo. Referiu que,
16 na sua opinião, partilhada também por outros, apenas quem nunca participou ativamente
17 em processos semelhantes de planeamento poderia estranhar a metodologia utilizada na
18 elaboração deste instrumento. Destacou que existem, em regra, dois caminhos para a
19 elaboração de planos: um de cariz mais imperativo, determinista, centralizado e
20 impositivo; e outro, de natureza participativa, proativa, descentralizada, mais morosa,
21 mas, na sua opinião, mais enriquecedora.

22 Considerou que o plano apresentado lançava um conjunto de desafios, tanto para os
23 cidadãos como para os decisores políticos. Nesse sentido, deixou algumas notas, que
24 poderiam ser vistas como solicitações de esclarecimento por parte da equipa técnica, e
25 outras como reafirmações de aspetos que considerava merecedores de atenção.

26 Referiu que, da leitura feita ao regulamento do plano e a outras peças, foi possível
27 constatar que a área abrangida pela revisão incluía não apenas a cidade, mas também áreas
28 de solo rústico. Nesse contexto, solicitou à equipa técnica que clarificasse o que se
29 entendia por essa inclusão, tendo em conta que a edificação em solo rústico era um tema
30 atual no debate nacional. Citou autores que defendiam que a concretização técnica e
31 política do ordenamento do território, da urbanização e da criação de habitação
32 sustentável e acessível, nos termos constitucionais, não deveria continuar a ser
33 referenciada exclusivamente pelos tradicionais instrumentos de gestão territorial,
34 tornando-se imprescindível passar para um novo nível de governação e gestão, que
35 integrasse de forma efetiva a questão fundiária.

36 A propósito da proposta relativa ao Metro Bus, referiu que parte do traçado atravessava
37 o Bairro da Malagueira, atualmente em processo de classificação. Questionou se existiria
38 alguma incompatibilidade com esse processo e se a equipa técnica estaria ciente dessa
39 situação.

40 Reafirmou, sublinhando o que fora dito pela equipa técnica, que a execução do plano
41 dependeria tanto de ações públicas como privadas. Destacou que, embora a maioria do
42 investimento devesse ser de natureza privada, o plano exigiria igualmente uma
43 intervenção municipal, tanto ao nível urbanístico como fundiário.

44 Referiu também a questão da habitação, salientando os dados dos Censos de 2021,
45 relativos aos alojamentos vagos. Mencionou que o Professor Jorge Carvalho aludira à
46 existência de 110 hectares com potencial para cerca de 5000 fogos. Complementou essa
47 informação com a citação de um estudo recente do Professor Nuno Travaço, que, com
48 base na Carta das Áreas Edificadas de 2021, indicava que o solo urbano edificado no
49 município de Évora se situava entre os 50% e os 59%, o que implicaria, segundo o

1 deputado, uma capacidade de edificação ainda disponível entre os 41% e os 50%.
2 Questionou se essa informação correspondia à verdade.
3 Por fim, sublinhou o que fora dito quanto às propostas para a habitação, nomeadamente
4 o envolvimento previsto de parcerias público-privadas, tal como previsto na lei, no âmbito
5 da construção de habitação, com especial enfoque na necessidade de garantir o acesso à
6 habitação a custos acessíveis ou controlados para pessoas com baixos rendimentos ou
7 sem recursos suficientes.
8
9 **A Deputada Ana Beatriz Cardoso** agradeceu a apresentação que lhes foi feita e, antes
10 de mais, destacou o relevo que, na sua opinião, tinham as várias propostas de soluções
11 apresentadas, que permitiram formar uma ideia do que poderá vir a ser a Évora do futuro.
12 Manifestou o seu agradecimento a todos os que participaram neste plano e referiu que
13 resta agora ver quando se concretizará e quando se chegará a soluções como as
14 apresentadas.
15
16 **A deputada Paula de Deus** cumprimentou de forma especial a equipa que coordenava a
17 revisão do Plano de Urbanização, na pessoa do Professor Jorge Carvalho, bem como toda
18 a equipa da Câmara Municipal de Évora, da Universidade de Évora e da Universidade de
19 Aveiro, que colaboravam neste processo.
20 Relativamente ao Partido Socialista, foi referido anteriormente pela deputada Ana Beatriz
21 que existia uma visão refletida neste plano. No entanto, a bancada do Partido Socialista
22 reconhecia que o plano se encontrava em revisão, processo esse iniciado em 2021 e que,
23 estando-se em 2025, ainda não se encontrava concluído. A deputada afirmou que a gestão
24 da Câmara Municipal de Évora revelou uma profunda inércia no desenvolvimento deste
25 processo, que exigia uma visão holística e integrada do território, sendo composto por
26 diagnósticos de pelo menos onze setores, com a produção de múltiplos relatórios e
27 realização de audições informais. Sublinhou que o processo ainda não tinha entrado na
28 fase formal e que, portanto, a Câmara estava “a morrer na praia”, utilizando a expressão
29 para ilustrar o atraso.
30 Enfatizou que este era um plano iniciado em 2021 e, passados quatro anos, ainda se
31 encontrava numa fase inicial, o que, na sua perspetiva, revelava uma gestão marcada pela
32 ausência de decisões. Referiu que, em Évora, as dificuldades na área do urbanismo
33 persistiam ao longo das gerações e que este Executivo acrescentava mais um exemplo de
34 inércia.
35 A deputada afirmou que, com uma eventual eleição do Partido Socialista, o compromisso
36 seria dar continuidade à revisão do plano, aprofundando a discussão em torno de questões
37 relevantes como a mobilidade. Salientou a importância da articulação entre os transportes
38 públicos, nomeadamente a ligação ferroviária (CP), rodoviária e o novo Hospital Central
39 do Alentejo. Referiu que esta ligação era estratégica não só para Évora, mas para toda a
40 região e para o país, destacando que, no Alentejo, era necessário "gritar mais alto" para
41 ser ouvido.
42 Alertou para a necessidade de garantir a mobilidade, especialmente para pessoas com
43 mobilidade reduzida, considerando o envelhecimento da população. Relembrou que já
44 existia procura pelo transporte público, como demonstrado pela adesão ao Passe Verde
45 da CP, apesar da falta de oferta, e defendeu que era necessário compreender como a
46 mobilidade prevista no plano seria implementada no terreno.
47 A deputada abordou ainda questões culturais, lamentando que a Câmara tivesse perdido
48 o dinamismo na área da juventude, comparando com iniciativas dos anos 90, como a
49 primeira Comissão de Juventude. Manifestou o desejo de ver os artistas locais mais
50 envolvidos e valorizados no contexto da cidade europeia da cultura, defendendo a criação

1 de um espaço de visibilidade e fruição artística, e destacando a importância de iniciativas
2 como museus dedicados a figuras locais como João Cutileiro e à arte das marionetas.
3 Na área social, sublinhou a necessidade de repensar o papel da cidade na vida dos idosos
4 antes de chegarem a estados de dependência, questionando como estava a ser pensada a
5 mobilidade urbana e a fruição do espaço urbano para as faixas etárias mais avançadas.
6 Reiterou o compromisso do Partido Socialista com a continuidade do plano, frisando que
7 não pretendiam interromper ou rasgar o trabalho já realizado, mas sim rever e dar
8 seguimento ao necessário, garantindo uma participação formal ativa no processo.
9 Dirigiu também uma palavra à cooperativa presente na sessão, reconhecendo a sua
10 persistência e os seus objetivos, e acolhendo com seriedade a proposta de construção a
11 custos controlados prevista no plano. Defendeu o princípio da boa-fé e a criação de
12 parcerias, propondo diálogo para resolver as questões pendentes e permitir que os
13 municípios tivessem acesso a habitação digna, num contexto de oferta limitada.
14 Por fim, considerou urgente ultrapassar o estado de inércia verificado nos últimos quatro
15 anos. Afirmou que o Partido Socialista estava preparado para assumir responsabilidades
16 e garantir que os entraves existentes fossem ultrapassados. Concluiu sublinhando que um
17 plano desta natureza não era responsabilidade exclusiva de uma força partidária, mas sim
18 da força que governava a Câmara Municipal. Reforçou o carácter construtivo e responsável
19 da atuação dos Vereadores do Partido Socialista, que sempre apresentaram propostas de
20 melhoria e nunca obstaculizaram o processo. A deputada encerrou a sua intervenção
21 reafirmando a visão, a energia e o compromisso do Partido Socialista com o futuro da
22 cidade, manifestando a sua vontade de, em outubro, assumir os destinos de Évora.

23
24 **O deputado Paulo Ribeiro** saudou, em primeiro lugar, os técnicos envolvidos no
25 processo, assim como os técnicos do município e da Universidade de Évora, destacando
26 o envolvimento demonstrado no trabalho apresentado.

27 Chamou particular atenção para o capítulo da habitação, sublinhando que, fruto de
28 diversas medidas ao longo dos anos e também das condições de mercado, tanto em
29 Portugal como na Europa, a questão da habitação se encontrava, segundo as suas palavras,
30 no epicentro de uma "tempestade perfeita".

31 Recordou e convidou à leitura do relatório do Instituto Nacional de Estatística sobre
32 Habitação, o qual já indicava que alguns concelhos do país se encontravam, para além da
33 carência habitacional, em situação de privação severa no acesso à habitação, facto que
34 considerou como convocando a atenção de todos.

35 Afirmou ter apreciado a intervenção do professor Jorge Carvalho, referindo que um
36 problema com esta magnitude exigia das diversas forças políticas uma multiplicidade de
37 soluções. Concluiu deixando uma palavra de apreço e de votos de trabalho profícuo à
38 equipa envolvida.

39
40 **O deputado Bruno Martins**, em nome do Bloco de Esquerda, começou por agradecer à
41 equipa municipal e à equipa externa responsável pela proposta técnica de revisão do PUE,
42 bem como pela apresentação detalhada que foi realizada. Sublinhou que o Bloco de
43 Esquerda respeitava um princípio fundamental: a democracia tem tempos. Afirmou que
44 aquele era o tempo da proposta técnica, não sendo, nem devendo ser, o tempo da disputa
45 partidária ou do populismo, que considerou tão apetecível em proximidade de ciclos
46 eleitorais. Nesse sentido, apelou à responsabilidade coletiva de todos e todas, perante a
47 proposta técnica apresentada.

48 Referiu que não detalharia, naquele momento, a visão do Bloco de Esquerda, sublinhando
49 que haveria tempo para isso, precisamente por respeito aos tempos da democracia, mas
50 considerou que se tratava de uma proposta técnica com uma visão. Concordando-se ou

1 não com ela, afirmou que era uma proposta que integrava coragem, qualidade que
2 considerou essencial nos tempos atuais. Destacou que se tratava de uma revisão corajosa,
3 distinta de muitos outros planos de urbanização de outros concelhos, por integrar uma
4 visão holística e articulada de diferentes fatores.

5 Salientou a importância de se tratar de uma proposta que pensava a vivência da cidade de
6 forma integrada, que abordava a mobilidade a partir de uma perspectiva sustentável,
7 ajustada às alterações climáticas, e que colocava a habitação como um desafio central;
8 algo que considerou particularmente relevante no contexto atual. Congratulou a equipa
9 responsável pela elaboração da proposta, sublinhando o seu carácter corajoso, e valorizou
10 o facto de a proposta permitir a afirmação de interesses particulares legítimos, ao mesmo
11 tempo que colocava o interesse público no centro da discussão, aspeto que considerou
12 essencial e digno de saudação por parte dos representantes municipais.

13 Reconheceu que o processo de participação pública, até ao momento, poderia ter sido
14 mais afinado em alguns momentos, mas ainda assim considerou que tinha sido um
15 processo participado. Destacou, em particular, o envolvimento das crianças no processo,
16 referindo que o Bloco de Esquerda sempre defendeu o projeto "Évora das Crianças",
17 centrado na vivência democrática das crianças. Valorizou que a proposta tivesse trazido
18 as crianças para o centro do pensamento, considerando essa uma forma inteligente de
19 promover a mudança, sobretudo em matérias como a mobilidade sustentável, cujo
20 pensamento dominante, conforme referiu, é ainda contrário à mudança necessária.

21 Concluiu reafirmando que a democracia tem tempos e que se seguiria o tempo da
22 discussão aprofundada. Afirmou que o Bloco de Esquerda participaria ativamente nesse
23 momento, procurando consensos, sem utilizar o processo de revisão para propaganda
24 política em tempo de eleições. Enfatizou que o Bloco utilizaria o tempo disponível para
25 procurar consensos dentro do mandato em curso e do que viesse a seguir. Sublinhou que,
26 previsivelmente, o futuro político não seria um tempo de maiorias absolutas, o que
27 exigiria, ainda mais, responsabilidade coletiva perante a visão estratégica do concelho, da
28 qual o Plano de Urbanização de Évora é uma componente essencial. Por fim, convocou
29 todos e todas para um espaço de discussão séria em torno da mesa, em detrimento da
30 propaganda, que reconheceu poder ser aliciante nos meses seguintes, mas que não
31 dignificaria o processo nem contribuiria para um Plano de Urbanização mais forte.

32

33 **O deputado Francisco Figueira** começou por saudar o público presente, que fez questão
34 de se dirigir àquele órgão democrático, que representa o povo da cidade de Évora.
35 Endereçou uma palavra especial ao Movimento Cooperativo de Habitação, que durante
36 décadas constituiu uma solução acessível, clara, aberta e inequívoca para o acesso a uma
37 habitação digna para centenas de eborenses. Na pessoa do senhor Jorge Raposo, que ali
38 interveio, saudou as mais de mil famílias que tiveram acesso a uma habitação condigna
39 através da Cooperativa Giraldo Sem Pavor, deixando também uma palavra de esperança
40 e apoio às mais de 350 famílias atualmente inscritas na mesma cooperativa e que
41 aguardam por uma habitação. Estendeu ainda essa palavra de esperança às restantes largas
42 centenas de famílias que se encontravam em situação idêntica, independentemente da
43 discussão técnica, do tempo político ou técnico, ou da dialética democrática e saudável
44 que pudesse existir, afirmando que, acima de tudo, existia a vida concreta de cada
45 eborense que necessitava de uma casa no presente.

46 Alertou que durante muito tempo se dizia que Évora não tinha sem-abrigo, referindo que
47 eram apontados dois ou três casos visíveis no centro histórico. Contudo, após intervenção
48 dos serviços competentes, foi identificada a existência de perto de 100 pessoas nessa
49 condição, o que considerou indigno e motivo de vergonha coletiva, passados 50 anos

1 sobre o 25 de Abril, independentemente das convicções ideológicas e políticas de cada
2 um.

3 Saudou o senhor Ernesto Mira, que interveio na sessão, reconhecendo a importância da
4 sua participação e sublinhando que a Assembleia Municipal era um espaço aberto à
5 intervenção de todos os cidadãos. Destacou a coragem e frontalidade demonstradas na
6 exposição das suas preocupações, afirmando que, enquanto eleito, estava ali para ouvir e,
7 na medida das suas competências, procurar soluções para os problemas colocados.

8 Saudou também a equipa liderada pelo professor Jorge Carvalho, autora de um
9 documento profundo e profícuo, manifestando não ter dúvidas quanto à sua competência
10 técnica e à bondade das soluções apresentadas. No entanto, expressou discordância
11 relativamente ao pressuposto de base subjacente ao relatório, nomeadamente quanto à
12 previsão de declínio populacional e envelhecimento estrutural da cidade de Évora.

13 Reconheceu que o envelhecimento estrutural era uma realidade nas sociedades europeias,
14 incluindo Évora, mas apontou que, segundo dados recentes, a população do país tinha
15 aumentado em mais de um milhão de pessoas. Citou ainda declarações do Presidente da
16 Câmara, segundo as quais as horas de ponta em Évora resultavam de “dores de
17 crescimento”, com o emprego a ter aumentado 30% em 10 anos e a atividade económica
18 a ter duplicado. Considerou, por isso, que a cidade não estaria em declínio e que deveria
19 ser afirmada como um polo de dignificação para os que nela residem, mas também de
20 oportunidade e qualidade de vida para quem desejasse fixar-se em Évora.

21 Referiu que era necessário criar condições para esse crescimento e reiterou ao professor
22 Jorge Carvalho uma observação já anteriormente partilhada, em reunião, no Palácio de
23 D. Manuel. Considerou que existia, de facto, um problema de oferta habitacional em
24 Évora, sublinhando que, embora existissem fogos vagos, era necessário questionar se
25 esses fogos eram verdadeiramente habitáveis e adequados às necessidades de uma família
26 média. Deu o exemplo de um T1 num terceiro andar com escadas, mesmo que
27 requalificado, como um tipo de habitação que não seria procurado por famílias com
28 crianças ou idosos. Assim, apesar de tecnicamente habitáveis, muitos fogos não estavam,
29 na prática, no mercado de habitação habitual.

30 Abordou também o debate em torno da Lei dos Solos e do confronto entre interesses
31 públicos e privados, considerando que o interesse público essencial era o acesso à
32 habitação digna, incluindo famílias maiores, mais pequenas, monoparentais, e
33 reconhecendo as alterações estruturais que as famílias tinham ao longo do tempo.

34 Apontou que, devido ao aumento das taxas de divórcio e às mudanças nas configurações
35 familiares, era necessário garantir soluções habitacionais que permitissem às pessoas
36 mudarem de casa em função dessas mudanças, e não apenas por ambição ou melhoria de
37 condição.

38 Do ponto de vista técnico, manifestou dúvidas de que a colmatação de espaços fosse
39 suficiente para responder às necessidades habitacionais decorrentes do modelo de
40 desenvolvimento e crescimento defendido. Justificou que, por razões económicas, os
41 espaços de colmatação, por estarem próximos dos centros valorizados, não teriam
42 condições de acesso para uma família ou pessoa com rendimentos médios. Sublinhou que
43 as pessoas com maior capacidade económica não necessitavam de política pública, pois
44 conseguiam adquirir terrenos e construir as suas habitações, mas não era esse o público-
45 alvo das políticas em debate.

46 Apontou ainda discordâncias com algumas opções técnicas do plano, nomeadamente
47 quanto à zona envolvente ao novo hospital, que considerou mal estruturada, e ao traçado
48 do Metro Bus. Concordou com a crítica apresentada pela bancada da CDU, relativamente
49 ao atravessamento do Bairro da Malagueira, que poderia esventrar uma zona que
50 considerava merecedora de preservação. Mencionou igualmente o atravessamento do

1 Bacelo pelo Metro Bus, considerando que se encontrava demasiado afastado para um
2 acesso pedonal eficaz.

3 Quanto à estação ferroviária, referiu que, além da necessidade de mais composições
4 ferroviárias, existia um problema estrutural na zona envolvente, uma vez que os utentes
5 não tinham onde deixar as viaturas. Apesar de considerar adequada a criação de uma
6 praça e zona pedonal em frente à estação, defendeu que era necessário garantir o acesso
7 prático ao comboio, tendo em conta que os passageiros geralmente transportam bagagens.
8 Concluiu agradecendo mais uma vez a apresentação do documento, que considerou
9 importante para um debate profícuo nos meses seguintes. Deixou registado o
10 entendimento político do seu grupo quanto à necessidade de o plano ser discutido e
11 concluído no próximo ciclo político, uma vez que faltavam menos de cinco meses para
12 as eleições autárquicas. Considerou que não fazia sentido que a visão estratégica do plano
13 fosse finalizada sem resultar da relegitimação democrática prevista para o final do ano.
14

15 **A deputada Paula Pita** sublinhando que não faria nenhuma teoria política, mas que
16 pretendia partilhar algumas observações. Começou por afirmar que não era especialista
17 na matéria, pelo que deixou uma nota de agradecimento pelo trabalho realizado e pela
18 explicação pormenorizada, centrando esse agradecimento na pessoa do Professor Jorge
19 Carvalho.

20 Assinalou que, logo no início da apresentação, o que mais lhe chamou a atenção foi o
21 termo "proposta holística". A partir deste conceito, concentrou a sua audição, procurando
22 perceber se, na sua perspetiva, o PUE se organizava de facto de forma holística. Constatou
23 que, tendo ouvido pela primeira vez a apresentação do PUE, a expressão foi, de um modo
24 geral, bem aplicada, dado que o plano foi apresentado de forma articulada, interligando
25 todas as valências da cidade.

26 Destacou a forma como foi encarado o desenvolvimento sustentável de uma sociedade
27 classificada como património da UNESCO, numa perspetiva alargada, que não se centrou
28 apenas no centro histórico, mas também na sua envolvente, não só a muralha como
29 também a componente rural. Considerou que, relativamente à muralha, haverá
30 necessidade de um debate aprofundado com a população, dado que já existem zonas com
31 construção nova, sendo necessário perceber de que forma se articularão essas realidades,
32 através de eventuais expropriações ou outras medidas.

33 Salientou ainda que o património nunca esteve tão ameaçado, seja pela pressão
34 urbanística e económica, seja pela lógica do ganho imediato, pelas alterações climáticas,
35 pela gentrificação ou pela certificação do centro histórico. Nesse sentido, considerou
36 muito interessante o trabalho desenvolvido em torno do surgimento de novos polos de
37 vivência, destacando a descentralização e o desenvolvimento ao nível do quarteirão no
38 próprio centro histórico. Entendeu que esse desenvolvimento contribui para fruir o bairro
39 e para fomentar relações de vizinhança, que considerou essenciais para apoiar a população
40 envelhecida. Recordou que muitos dos presentes já se encontravam acima dos 50 anos e
41 que, no futuro, essas relações de proximidade poderiam revelar-se fundamentais.

42 Referiu também ter apreciado a ligação entre o meio rural e a cidade, sublinhando que
43 muitas vezes se esquecia que Évora integrava uma componente urbana, mas também uma
44 rural. Defendeu, assim, uma maior proximidade e articulação entre ambas, no âmbito de
45 um desenvolvimento sustentável, quer através das quintas, quer através dos caminhos,
46 sendo certo que essa articulação deveria efetivar-se.

47 Concluiu felicitando o trabalho apresentado. Reconheceu que se tratava de uma proposta
48 que certamente receberia contributos e que poderia ser alvo de alterações. Referiu, por
49 fim, que já era sabido que não seria neste mandato que o plano seria aprovado, mas

1 expressou o desejo de que, seja quem for que esteja futuramente à frente da Câmara,
2 consiga alcançar um consenso com todos os Vereadores presentes.

3
4 **O Presidente da Câmara** referiu que, como se compreenderia após a intervenção que
5 realizara, não comentaria um conjunto de intervenções, especialmente quando se
6 revestiam de um carácter mais orientado para a propaganda política. Indicou ainda que,
7 nesta fase, e para finalizar, daria a palavra à equipa relativamente às questões que haviam
8 sido abordadas, podendo assim encerrar-se a discussão

9
10 O Professor Jorge Carvalho e o Arquiteto Eduardo Miranda prestaram todos os
11 esclarecimentos em relação às questões colocadas pelos deputados municipais.

12
13 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver mais pedidos de
14 intervenção, informou que passavam ao ponto 2.

15 16 **2. Regulamento da Taxa Municipal Turística.**

17
18 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

19
20 **O Presidente da Câmara** procurou, de forma sintética, apresentar os principais pontos
21 do processo relativo à proposta de criação da taxa municipal turística em Évora,
22 considerando que os documentos haviam sido previamente distribuídos e que o processo
23 era já conhecido.

24 Desde logo, foi sublinhado que se entendeu existir necessidade da implementação desta
25 taxa, a qual seria aplicada exclusivamente aos turistas que pernoitassem em Évora. Esta
26 necessidade decorreu, por um lado, do aumento muito significativo que o turismo registou
27 na cidade na última década. Indicadores como o número de dormidas apontaram para um
28 crescimento de 85% nesse período, prevendo-se que em 2024 se tenham ultrapassado as
29 700.000 dormidas. Este crescimento gerou, naturalmente, uma maior pressão sobre as
30 infraestruturas, o património, o espaço público, a produção de resíduos, bem como uma
31 maior exigência na resposta ao nível da higiene urbana, do ordenamento turístico e da
32 própria promoção da cidade.

33 Foi referido que a proposta da taxa surgiu nesse contexto, tendo sido desde o início
34 esclarecido que a cobrança da mesma e a respetiva receita não se destinariam ao
35 pagamento de dívida, mas sim ao financiamento de investimentos em áreas como
36 infraestruturas, património, espaço público, higiene e limpeza, promoção e melhoria da
37 resposta turística, bem como na área da proteção civil, por proposta dos Bombeiros
38 Voluntários.

39 Recordou-se que este processo já havia sido iniciado antes da pandemia, encontrando-se
40 o regulamento praticamente concluído nessa altura, tendo contado, inclusive, com a
41 colaboração da Universidade de Évora e do Observatório de Turismo. A pandemia levou
42 à suspensão do processo, que foi retomado no atual mandato. Durante o ano transato,
43 desenvolveu-se o processo de revisão e atualização da proposta de taxa turística,
44 recuperando documentos anteriores e recolhendo novos contributos, ideias e propostas,
45 que foram integrados no novo regulamento.

46 O processo culminou com a fase de discussão pública, que decorreu entre 6 de janeiro e
47 17 de fevereiro do corrente ano. Neste âmbito, foram ouvidos formalmente todos os
48 interessados, com destaque para um conjunto de entidades, bem como a Comissão
49 Municipal de Economia e Turismo, que foi consultada em duas ocasiões: antes do início

1 da discussão pública e durante o seu decurso. A proposta agora apresentada, aprovada em
2 reunião de câmara, acolheu a maioria das propostas resultantes dessa discussão.
3 Foram destacados alguns aspetos, nomeadamente: a importância da criação da taxa
4 turística; a fixação do valor da taxa em 1,5 euros por dormida, com base num estudo de
5 análise económica e financeira que apontava para um valor de referência de 3 euros —
6 tendo sido proposto aplicar apenas 50% desse montante; a aceitação da proposta de
7 aumento da percentagem atribuída às entidades responsáveis pela cobrança da taxa, de
8 1,5% para 2,5%; a introdução de um período de carência de um mês após a publicação
9 do regulamento em Diário da República; a não aceitação da introdução de um regime
10 sazonal, dada a regularidade da procura turística ao longo de todo o ano; a manutenção
11 da isenção para menores até aos 16 anos, inclusive; e a introdução da proposta da
12 Associação dos Bombeiros Voluntários, no sentido de afetar parte da receita da taxa ao
13 financiamento de ações na área da emergência e da proteção civil.
14 Foi, assim, esta a proposta que se apresentou, resultante de uma ampla discussão, e que
15 se considerou adequada para a criação da taxa turística no concelho de Évora.

16
17 **O deputado José Figueira** leu o seguinte documento:

18 *“Sr. Presidente da Assembleia Municipal,*

- 19 *1. No Relatório que acompanha a proposta de implementação da Taxa Turística no*
20 *concelho de Évora, verifica-se, no âmbito da discussão pública do respetivo*
21 *Regulamento, o pronunciamento por parte de alguns agentes e entidades ligadas*
22 *ao sector, a emissão de algumas reservas sobre a aplicação e entrada em vigor*
23 *da respetiva Taxa, pesem embora todos esses tenham apresentado as suas*
24 *propostas de alterações ao articulado, que na sua maioria vieram a ser*
25 *consideradas;*
- 26 *2. Segundo o Relatório, em sede da Comissão Municipal de Economia e Turismo, a*
27 *maioria dos seus membros consideraram positiva a aplicação da Taxa Turística;*
- 28 *3. Igualmente, são apresentados à proposta de Regulamento, os Anexos que tratam*
29 *da “Fundamentação Económica” bem como a “Fundamentação das Isenções”*

30 **Ainda assim, cabe referir:**

- 31 *a) A par da “Nota Justificativa” onde nos são relevados um conjunto de indicadores*
32 *sobre a dinâmica turística e os seus impactos no Município de Évora, há que*
33 *evidenciar como **ponto prévio,***

34 **No art.º 3.º sobre o valor da Taxa Turística, inscreve-se o valor de 1€, quando o valor**
35 **a ser aplicado, segundo a “fundamentação económica” é de 1,5€; (devendo ser feita a**
36 **correção)**

- 37 *b) Tendo em consideração o número de dormidas verificadas em 2023, de cerca de*
38 *695.000, o potencial de receita será de 1,042M€, e o incentivo económico (50%)*
39 *de idêntico valor se tivermos em consideração que o valor real da taxa é de cerca*
40 *de 3€;*
- 41 *c) Igualmente os agentes económicos serão ressarcidos de 2,5% (sujeitos a IVA à*
42 *taxa em vigor), pelos serviços de cobrança da taxa turística, ou seja, um potencial*
43 *de receita bruta de mais de 26 mil euros.*

44 **ALGUNS INDICADORES _EVORA _ALENTEJO**

45 **Importa, ainda assim, dar conta que segundo números mais recentes do INE sobre a**
46 **atividade turística no Município de Évora e no Alentejo (na ausência de indicadores**
47 **públicos por município):**

48 **As dormidas na Hotelaria de Évora (entre 2022 e 2024 _Meses de Dezembro e Agosto)**
49 **Tiveram evolução positiva de +8,8 e +5,6%, respetivamente;**

1 **O número de hóspedes, em igual período, teve igualmente** evolução positiva de + 13,8%
2 e +7,9%, respetivamente;

3 **Já quanto à Taxa Líquida de Ocupação nos anos de 2022 e 2023**

4 Évora registou um crescimento de cerca de 2% neste período, assim como, tanto em 2022
5 como em 2023, teve a taxa líquida mais elevada do Alentejo, verificando o mesmo quando
6 comparado com os indicadores do País (Continente e Portugal), uma taxa de 47,7% e
7 49,5% respetivamente.

8 **Já quanto aos Proveitos Totais da Hotelaria (Alentejo)**

9 Não havendo registos por Município diremos (tendo por referência o Alentejo), que os
10 mesmos foram de 50,566M€ em Agosto de 2024, contra 40,499M€ em Agosto de 2022,
11 ou seja um crescimento verificado de 24,85% neste período de 2 anos, ou seja em termos
12 médios um crescimento de + 12,5% de proveitos/ano.

13 **Ainda segundo o INE a atividade turística inicia o ano de 2025 com uma trajetória de**
14 **aceleração “dados de janeiro de 2025”, no que respeita ao Alentejo:**

15 • **Dormidas cresceram em todas as regiões:** Em janeiro, todas as regiões
16 registaram crescimentos nas dormidas, tendo os maiores aumentos ocorrido na
17 Península de Setúbal (+14,4%) e no Alentejo (+11,4%), com uma estada média
18 de 1,80 dias, a terceira mais elevada do Continente;

19 • **Crescimento dos Proveitos acelerou em Janeiro de 2025:**

20 Todas as regiões registaram crescimentos nos proveitos, que foram mais
21 expressivos na RA Madeira (+29,0% nos proveitos totais e +28,3% nos de
22 aposento) e no Alentejo (+20,2% e +19,9%, respetivamente);

23 **O rendimento médio por quarto disponível (ADR), no Alentejo cresceu 10,5% o**
24 **segundo mais elevado do País, a seguir à RA da Madeira;**

25 **EM FACE DO EXPOSTO O NOSSO VOTO É FAVORÁVEL À INSTITUIÇÃO DA**
26 **TAXA TURÍSTICA MUNICIPAL DE ÉVORA E DO SEU REGULAMENTO.”**

27
28 **O deputado Bruno Martins** leu o seguinte documento:

29 “Como é do conhecimento público desde 2017 que o Bloco de Esquerda defende a
30 aplicação da taxa municipal turística, estivemos sozinhos durante demasiado tempo neste
31 debate fomos os primeiros a colocar esta medida em programa eleitoral autárquico pelo
32 que só podemos saudar que ao fim de 8 anos esta proposta chegue finalmente à
33 Assembleia Municipal de Évora.

34 O setor do turismo tem hoje um papel central na base económica do país e no concelho
35 de Évora. Com o crescimento contínuo da atividade e a proliferação de novas ofertas de
36 alojamento turístico o aumento considerável da atividade turística verificado nos últimos
37 anos correspondeu em 2024 a um total de mais de 700 mil dormidas no concelho de
38 Évora

39 segundo dados do INE, aliás o número de dormidas tem aumentado exponencialmente
40 nos últimos anos. Se consideramos apenas o aumento nos últimos 2 anos verificamos que
41 entre 2022 e 2024 existiu um aumento de mais de 13% nas dormidas do nosso concelho.
42 Évora é hoje o 17º concelho do país com mais dormidas ficando à frente por exemplo de
43 Coimbra, Braga, Faro ou Almada. À data de hoje e de acordo com os dados do Registo
44 Nacional de Turismo o concelho de Évora tem mais de 400 registos de alojamento local
45 uma expressão de negócio cada vez mais relevante no setor turístico.

46 O turismo acarreta consequências nem todas positivas para a população e um território
47 de um concelho sobretudo no que se refere à limpeza urbana, transportes e especulação
48 imobiliária Não se pode querer apostar no turismo sabendo que o mesmo tem
49 consequências sabendo que muitas casas vão ser desviadas do arrendamento para
50 Airbnb ou alojamento local ou que muito espaço privilegiado do concelho vai ser

1 *transformado para usufruto turístico sem que a autarquia tenha o devido contributo desta*
2 *atividade.*

3 *A superlotação dos destinos mais populares, o impacto ambiental negativo, o*
4 *desvirtuamento de aspetos de autenticidade local, a pressão sobre o imobiliário e sobre*
5 *os preços dos bens e serviços locais acarretam problemas de acentuação de*
6 *desigualdades económicas entre as comunidades locais que respondem a desafios mais*
7 *prementes e mais assinalados pelos estudos sobre o impacto do setor turístico.*

8 *Para minimizar os impactos negativos do turismo é necessário adotar medidas de*
9 *planeamento e gestão sustentáveis procurando o equilíbrio entre o desenvolvimento*
10 *económico, preservação do meio ambiente e bem-estar social das comunidades*
11 *envolvidas.*

12 *É importante implementar estratégias que permitam a par do crescimento do número de*
13 *turistas a melhoria da organização do concelho dos serviços essenciais para*
14 *acompanhar a atividade turística e assegurar a despesa municipal inerente a este*
15 *processo assim como mitigar os efeitos negativos que o aumento da pressão turística*
16 *exerce sobre o concelho de Évora e a sua população.*

17 *A taxa turística é essencial para contribuir para a mitigação dos efeitos negativos do*
18 *turismo e constitui uma forma de quem nos visita contribuir solidariamente para o*
19 *cuidado em torno do nosso concelho.*

20 *O valor por dormida é residual para os turistas, mas representa um retorno importante*
21 *para o município para a manutenção do investimento.*

22 *Realçando que a receita obtida pela cobrança da taxa municipal turística deve ser*
23 *revertida para investimento estratégico e prioritário para o concelho de Évora*
24 *procurando combater os efeitos negativos do turismo sobre a população e território o*
25 *Bloco de Esquerda votará favoravelmente a presente proposta de regulamento.”*
26

27 **O deputado Paulo Ribeiro** afirmou que o documento que iria ler configurava a
28 declaração de voto da sua bancada, tendo como objetivo auxiliar a mesa e agilizar o
29 funcionamento dos Trabalhos da Assembleia.

30 *“Declaração de voto sobre a implementação da taxa turística.*
31 *No período que sucedeu ao contexto pandémico, foi possível verificar um incremento*
32 *exponenciado do turismo.*

33 *Este fenómeno nacional, rapidamente se fez denotar no Alentejo e sobretudo no concelho*
34 *de Évora.*

35 *Em 2023, o turismo na região do Alentejo alcançou 3,3 milhões de dormidas.*
36 *Fazendo um exercício simplista, no campo da prospetiva, será fácil de afiançar que estes*
37 *números vão conhecendo um incremento, ano após ano, até ao culminar da Capital*
38 *Europeia da Cultura em 2027. Por todo o concelho vimos pulular a abertura de novos*
39 *negócios, hotelaria, restauração, etc.*

40 *Para além da melhoria das condições de vida, temos também a redução do desemprego,*
41 *a geração de riqueza.*

42 *Inerente ao crescimento do turismo, existe também a alocação de verbas públicas*
43 *significativas, a aposta no turismo conduz a uma preservação do edificado, património,*
44 *infraestruturas, permitindo assim uma perfeita fruição do espaço público.*

45 *Contudo o turismo não traz apenas vantagens, sendo Évora um destino cada vez mais*
46 *atrativo, para além do stress a que está sujeita, a população e o aumento do custo de*
47 *vida, o elevar os preços de bens e serviços, implica uma sobrecarga nas infraestruturas*
48 *públicas e na prestação de serviços municipais, tais como: a limpeza, o reforço da*
49 *segurança de pessoas e bens e manutenção do espaço público.*

1 *Neste sentido, para mitigar as desvantagens, é importante que Évora adote estratégias*
2 *de turismo sustentável, garantindo assim o equilíbrio entre os turistas e a qualidade de*
3 *vida dos eborenses.*
4 *São necessárias políticas de planeamento urbano, conservação ambiental e envolvimento*
5 *da comunidade.*
6 *O turismo só é sustentável e de qualidade, se for bom para todos os envolvidos.*
7 *É com base no exposto anteriormente, que o Movimento Cuidar d'Évora é defensor da*
8 *implementação da taxa turística, assumindo uma postura estruturante desde o início do*
9 *mandato.*
10 *Esta receita, que pode gerar alguns milhões num só mandato, tem que ser investida na*
11 *cidade!*
12 *Tem que se traduzir numa melhor resposta na área da higiene e limpeza urbana, da*
13 *segurança dos cidadãos, das acessibilidades, da valorização do nosso património, dos*
14 *espaços públicos, não só no Centro Histórico, mas também em toda a cidade e concelho*
15 *de Évora.*
16 *Por último, senão, o mais relevante, permite o desenvolvimento e financiamento*
17 *municipal de programas turísticos atrativos em todo o concelho, concorrendo para a*
18 *definição de perfis de turismo e garantir uma oferta turística de qualidade, que permita*
19 *aumentar o número de pernoitas que agora se cifram em menos de duas noites.*
20 *Em jeito de súmula, por todos os argumentos mencionados anteriormente, a bancada*
21 *municipal do MCE vota favoravelmente a implementação da taxa turística, em*
22 *consonância com a posição da nossa Vereadora Dra. Florbela Fernandes, em sede de*
23 *reunião de Câmara.”*
24

25 **A deputada Paula de Deus** afirmou que a bancada do Partido Socialista votaria
26 favoravelmente a taxa em questão por considerar que esta tinha um valor residual, mas
27 era extremamente importante para as receitas da autarquia. Sublinhou que Évora era uma
28 cidade património cultural da humanidade, um destino de excelência no âmbito do
29 turismo, situada numa região que vinha a desenvolver um trabalho notável na promoção
30 turística.

31 Referiu que não se pretendia um turismo massificado, como já havia sido mencionado,
32 mas sim um equilíbrio entre a qualidade da oferta – que considerou ser fantástica a vários
33 níveis – e a procura desejada, assegurando simultaneamente a qualidade de vida e o bem-
34 estar dos residentes. Por esse motivo, considerou que a taxa de 1 euro e 50 cêntimos por
35 noite, quando comparada, por exemplo, com os 4 euros praticados atualmente em Lisboa
36 ou com valores ainda superiores noutros locais, era perfeitamente razoável. Explicou que
37 1 euro e 50 cêntimos por noite representavam 10 euros e 50 cêntimos por pessoa numa
38 estadia de sete noites, montante que considerou ser um contributo muito importante para
39 quem residia na cidade, para a gestão municipal e para os fins consignados no artigo 11.º
40 do regulamento.

41 Acrescentou que o objetivo era garantir – e que seria necessário trabalhar nesse sentido –
42 que a taxa fosse efetivamente aplicada conforme previsto no referido artigo, o qual
43 determinava que “a receita da taxa turística deverá ser aplicada em áreas da atividade
44 municipal, designadamente a promoção turística, a recuperação do património e do
45 espaço público, a higiene e limpeza urbanas, a cultura e o desporto, a emergência e a
46 proteção civil”.

47 Concluiu que se tratava de uma taxa justa para quem visitava a cidade, mas ainda mais
48 justa para quem nela residia. Por essa razão, defendeu que, sem onerar os cidadãos, era
49 necessário atrair visitantes, mas sobretudo investir em quem ali vivia. Considerou, por
50 fim, que esta era uma boa fonte de receita equilibrada, que não introduzia mais despesa

1 nem agravava os encargos da população, cuja vida reconheceu não ser fácil, e declarou o
2 apoio e voto favorável do Partido Socialista, à medida.

3
4 **O deputado José Vitorino Piteira** declarou que não poderia deixar de aprovar a taxa
5 turística, não só por concordar com a sua implementação e a considerar justa, mas também
6 por entender que seria igualmente justo que a respetiva receita fosse distribuída por todo
7 o concelho, incluindo o hotel localizado em Nossa Senhora de Machede.

8 Recordou que, desde a inauguração da Grande Rota do Montado pela CIMAC, alertara
9 para uma discrepância relacionada com uma obra de vários milhares de euros que ficara
10 por concluir, nomeadamente nas antigas passagens da linha de caminho de ferro. Indicou
11 que têm surgido várias reclamações relativamente ao acesso ao referido hotel e
12 questionou o facto de não terem sido executados apenas quatro ou cinco metros de
13 alcatrão, sendo a única passagem concluída a de Montoito, freguesia do atual presidente
14 da CIMAC.

15 Sublinhou ainda que o presidente da Câmara Municipal de Évora, tendo também exercido
16 anteriormente o cargo de presidente da CIMAC e sendo uma voz relevante no concelho,
17 deveria tê-lo defendido de forma mais expressiva enquanto cidadão e presidente de junta,
18 em vez de tentar silenciá-lo na sua própria freguesia. Reconheceu, contudo, que esse
19 episódio pertencia ao passado.

20 Enfatizou, por fim, que seria necessário corrigir o troço em questão, uma vez que
21 diariamente viaturas de utentes do hotel sofriam danos, devido à ausência de
22 pavimentação num segmento reduzido da via. Expressou dúvidas quanto à
23 responsabilidade, se da Câmara Municipal ou da CIMAC, mas considerou que qualquer
24 uma das entidades deveria ter dado a devida atenção à situação.

25
26 **O Deputado Francisco Figueira** afirmou que, sendo já avançada a hora, faria uma
27 intervenção breve. Informou que o seu grupo se iria abster neste ponto da ordem do dia.
28 Recordou que a posição dos Vereadores da Coligação Mudar com Confiança já havia sido
29 expressa na reunião de câmara realizada a 18 de setembro.

30 Referiu que o grupo entendeu não ser este o momento oportuno para a instituição da
31 referida taxa, sem prejuízo do reconhecimento das virtudes do turismo na criação de
32 riqueza, na geração de emprego e na interligação de culturas. Sublinhou que o objetivo
33 primordial da taxa deveria ser, antes de mais, promover e qualificar Évora enquanto
34 destino turístico.

35 Acrescentou que, na sua perspetiva, o principal desígnio que deveria mobilizar todos seria
36 o aumento da estadia média dos turistas em Évora. Observou que, apesar do aumento
37 exponencial do número de dormidas, resultado dos investimentos realizados na
38 disponibilização de capacidade hoteleira, o que considerou positivo, a estadia média dos
39 visitantes ainda não atingia as duas noites. Considerou este valor manifestamente
40 insuficiente para uma cidade e uma região com as características de Évora.

41 Por todas estas razões, justificou a abstenção do seu grupo relativamente a este ponto.

42
43 **O Presidente da Câmara** esclareceu uma questão colocada pela deputada Paula Pita,
44 referindo que, no artigo 4.º, foi previsto um limite de cobrança da taxa até três noites. Esta
45 medida teve como objetivo incentivar os turistas a permanecerem mais do que duas
46 noites, isentando-os do pagamento da taxa a partir da quarta noite, como forma de
47 promover o aumento da duração da estadia.

48
49 **Deliberação do Regulamento da Taxa Municipal Turística.**

1 **Aprovado por maioria**, com 25 votos a favor (7 da CDU, 1 do BE, 1 do MMPI, 1 do
2 MICAZA, 3 do MCE, 11 do PS e 1 do CHEGA) e 3 abstenções da Coligação Mudar com
3 Confiança verificando-se 28 presenças

4
5 Não havendo pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu início
6 ao segundo período de intervenção do público, questionando se haveria algum pedido.
7 Verificando não haver pedidos, por parte do público, o **Presidente da Assembleia**
8 **Municipal** deu por terminada a Ordem do Dia.

9
10
11 **APROVAÇÃO EM MINUTA**

12
13 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a ata em minuta iria ser lida pela
14 2ª Secretária, Maria da Nazaré Pereira Lança.

15
16 “Aos 11 dias do mês de abril de 2025, pelas 21 horas, reuniu a Assembleia Municipal de
17 Évora em sessão Extraordinária no Palácio D. Manuel tendo deliberado o seguinte: foi
18 aprovado por maioria o Regulamento da Taxa Municipal Turística.

19
20 **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou em votação a ata em minuta.

21
22 A Assembleia Municipal de Évora deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas
23 as deliberações tomadas da presente ata, nos termos do nº 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei
24 nº 75/2013, de 12 de setembro.

25
26 Não existindo mais assuntos para tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por
27 terminada a Sessão pelas zero horas e trinta minutos do dia seguinte, da qual, para constar,
28 se elaborou a presente ata, que os membros da mesa subscrevem e assinam.

29
30 **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA**

31
32
33
34
35 _____
36 *Jorge Quina Ribeiro de Araújo*

37
38
39 O 1º SECRETÁRIO

40
41 _____
42 *Ananias Quintano*

A 2ª SECRETÁRIA

_____ *Maria da Nazaré Lança*